

PARECER Nº 21

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

RELATÓRIO DE INVESTIMENTOS REF AO MÊS DE JANEIRO DE 2025

Este Relatório está em consonância com as disposições constantes no Manual do Pró Gestão RPPS e com o Decreto nº 3.122 de 25 de julho de 2018, que trata da criação e regulamentação do Comitê de Investimentos na Prev São José.

No dia 17 de fevereiro de 2025, às 10h00min, os membros do Comitê de Investimentos reuniram-se na sede da Autarquia para participar da 95ª Reunião Ordinária com o objetivo de analisar o Relatório Mensal de Investimentos referente ao mês de janeiro de 2025.

Conforme pauta da Ata, foram analisados: **1) ANÁLISE DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO MÊS DE JANEIRO DE 2025; 2) ANÁLISE DE CENÁRIOS; 3) ALOCAÇÃO DE RECURSOS NOVOS; e 4) ANÁLISE E DELIBERAÇÃO SOBRE NEGOCIAÇÃO DE TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS DIRETAMENTE COM O TESOURO NACIONAL**

Foi apresentado pelo Diretor Financeiro o relatório de Investimentos da Carteira da PREV SÃO JOSÉ, com retorno percentual no mês de 1,45% ficando o retorno total da carteira no período (janeiro) em 1,45%, sendo que no segmento de renda fixa o retorno foi de 1,36%, renda variável 3,43% e no segmento de Investimento no exterior a carteira teve retorno de -4,02%, a carteira de Investimentos da PREV SÃO JOSÉ fechou o mês com o PL total de R\$ 1.811.115.935,83, o IPCA teve uma variação no mês de 0,16%, com isso a meta atuarial para o período (janeiro) ficou em 0,60% com 240,58% de atingimento da meta para o período, a Consultoria indicou que a carteira da PREV SÃO JOSÉ, está com diversificação muito boa e com proteção adequada para o momento, com 91,17% em renda fixa, 7,38% renda variável e 1,45% de Investimentos no Exterior. Os fundos atrelados em CDI tem a maior concentração da carteira com 20,85% seguidos dos fundos em vértices de médio prazo com 18,71% e dos fundos em vértices de longo prazo com 14,62%. Comentou que as movimentações efetuadas no decorrer do mês, aumentando nossa exposição em títulos de curto e médio prazos foram importantes para diminuir o impacto negativo da oscilação do mercado, serviu como uma proteção. Todos os investimentos encontram-se devidamente enquadrados, de acordo com as Resoluções do Conselho Monetário Nacional e Política de Investimentos, com exceção do fundo de Investimento em Ações - CAIXA BRASIL IBX-50, onde o total das aplicações representou mais de 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido do fundo. O desenquadramento ocorreu tendo em vista o resgate de cotas por cotistas desse fundo que acabou ocasionando essa situação. Será monitorado um melhor momento para um novo resgate a fim de ajustar a situação e atender a legislação.

O Consultor Sugeriu que poderíamos aumentar nossa exposição em fundos DI, de imediata liquidez, aguardando a tomada de decisões quanto a novos investimentos. Sugeriu também aplicarmos em títulos negociados diretamente com o Tesouro Nacional aproveitando assim as boas taxas oferecidas, lembrando

que esses títulos são marcados na curva. Como forma de diversificação dos investimentos, sugeriu para ficarmos atentos a oportunidades no segmento em renda fixa, no médio e curto prazo, aproveitando assim taxas atrativas oferecidas pelos bancos no período, como exemplo: Letra Financeira. Ressaltou que as taxas oferecidas pelas Letras Financeiras são mais altas que as oferecidas pelos Títulos Públicos, no entanto, o risco também é maior, sugerindo cautela. Com relação aos recursos aplicados em Renda Variável sugeriu que não haja mudança de posição nesse momento, tendo em vista à falta de confiança do mercado interno. Com relação aos recursos aplicados no Exterior, caso a Previsão São José considere que haja uma boa performance para a bolsa americana para o ano de 2025, sugeriu aumentar nossa exposição de forma gradativa. Caso haja essa alocação sugeriu um rebalanceamento de recursos do médio prazo como (IMAB-5/IDKA2/IRFM). Comentou que se caso não fossem alocados recursos no exterior conforme item anterior, sugeriu direcionamento para o Pré Fixado (IRFM-1), cerca de R\$ 5.000.000,00 a R\$ 10.000.000,00.

O Comitê de Investimento informou ao consultor financeiro da intenção de alocarmos em Títulos Públicos Federais diretamente no Tesouro Nacional, tendo a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil como custodiantes. O Comitê informou ainda que não seria cobrada taxa de custódia por ambos os bancos, no entanto, haveria cobrança de custos pela Custódia no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. Ao consultor foi perguntado qual seria ou seriam os títulos mais oportunos, se seriam marcados na curva ou marcação mercado e o risco envolvido. O consultor perguntou se tínhamos um valor a aportar e foi respondido que seria R\$ 150.000.000,00 tendo como custodiante o Banco do Brasil no valor R\$ 50.000.000,00 e a Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 100.000.000,00. O consultor ressaltou que suas considerações seriam baseadas no estudo da ALM da Previsão São José. Seguem considerações: Ressaltou que antes de qualquer decisão existe a necessidade de se levar em consideração a liquidez da carteira, ou seja, se optarmos por marcação na curva não seríamos afetados pela oscilação do mercado, no entanto, o dinheiro só poderia ser resgatado no vencimento do título, diferentemente da opção pela marcação a mercado que é afetada pela oscilação do mercado existindo a possibilidade do resgate antecipado. Quanto ao risco de crédito e de mercado comentou que é baixo, o único risco a ser considerado nesta operação seria o risco da liquidez. Assim, ele sugeriu que os recursos a serem aplicados, tanto para o Banco do Brasil como para a Caixa Econômica sigam para os vencimentos mais curtos, sendo 50% para o ano 2032 e 50% para o ano 2035. Comentou que, poderíamos também alocar 33,33% para o ano 2032, 33,33% para o ano 2035 que são considerados de curto prazo e 33,33% tendo como vencimento o ano de 2040, longo prazo. Ressaltou que a sugestão da segunda opção seria viável somente depois de muita ponderação por parte do Comitê de Investimento quanto ao risco de liquidez, tendo como base as despesas com folha de pagamento. Os membros do Comitê deliberaram no sentido de realizar as operações de compra de títulos através de custódia no Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, com marcação na curva do papel, no valor total proposto e, no propósito de diversificação recomendaram a compra dos papéis com vencimento para 2032 percentual de 40%, 2035 percentual de 30% e 2040 com percentual de 30%.

Os membros do comitê manifestaram-se, por unanimidade, favoráveis a sua aprovação.

O Presidente franqueou a palavra e como ninguém fez uso da mesma, encerrou a reunião às 11 horas e a presente ata, após lida e aprovada, foi assinada pelos presentes.

Assim sendo os Membros do Comitê de Investimentos, após análise do relatório apresentado, avaliaram que os recursos estão aplicados de acordo com a legislação vigente, estão aderentes ao que foi proposto na Política de Investimentos e a rentabilidade está em linha com o mercado, desta forma encaminha-se o presente ao Conselho Fiscal com parecer pela sua APROVAÇÃO.



LUIZ CARLOS BONATO
Presidente do Comitê



PAULO CESAR MAGNUSKEI
Membro



IVO CETNARSKI
Membro



IVAN FERREIRA DE MELO
Vice-Presidente